ONU alerta que riscos climáticos podem tornar comunidades não seguráveis, comprometer o crédito e afastar investimentos, ampliando vulnerabilidades econômicas

Antália, Turquia – A intensificação dos riscos climáticos ameaça não apenas a segurança de pessoas, empresas e cidades, mas também a capacidade de manter esses ativos seguráveis. E, quando uma comunidade ou atividade econômica deixa de ter acesso ao seguro, os efeitos podem se espalhar por todo o sistema financeiro, comprometendo a oferta de crédito e de investimentos. O alerta foi feito por Butch Bacani, head de Seguros do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI), durante a abertura da Casa do Seguro, na COP31, em Antália, na Turquia.

“Precisamos manter mercados, países e comunidades seguráveis”, afirmou Bacani. “Em muitos aspectos, a capacidade de ser segurável está se tornando um pré-requisito para obter crédito e atrair investimentos”.

Ele acrescentou que as perdas não seguradas são absorvidas por governos, empresas e famílias, com consequências para a estabilidade financeira e a resiliência econômica.

Da reação à antecipação dos riscos

Para Bacani, é necessário ampliar a participação da indústria de seguros na agenda de resiliência. A discussão não deve ficar restrita às relações entre seguradoras, resseguradoras e corretores, mas envolver outros setores da economia e instituições responsáveis por decisões sobre crédito, investimentos, políticas públicas e planejamento empresarial. A proposta é incorporar a expertise do setor em gestão e modelagem de riscos às decisões desses agentes.

“Queremos mudar a discussão: sair da reação aos desastres e avançar na direção de antecipar os riscos, enxergá-los com mais clareza e prevenir e reduzir as perdas antes que elas aconteçam”, disse.

O executivo, que lidera os Princípios para a Sustentabilidade em Seguros da ONU, ressaltou que adaptação e mitigação das mudanças climáticas precisam caminhar juntas. Segundo ele, estratégias que considerem apenas uma dessas dimensões são insuficientes.

Bacani citou relatório da ONU publicado em setembro, que aponta esforços globais ainda insuficientes para reduzir emissões e promover a adaptação. Embora as projeções de aquecimento tenham melhorado em relação a estimativas anteriores, a perspectiva de 2,6 graus Celsius continua sendo, em suas palavras, catastrófica.

Pequenos negócios no centro da agenda

A proteção de micro, pequenas e médias empresas, especialmente nos países em desenvolvimento, é outro eixo de atuação da ONU.

Bacani citou um estudo do grupo V20, que reúne mais de 70 países vulneráveis às mudanças climáticas. De acordo com os dados apresentados, essas economias perderam, em conjunto, 20% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em decorrência de impactos climáticos ao longo de duas décadas. As perdas comprometem o desenvolvimento e agravam o endividamento, diante da necessidade de novos empréstimos para reconstruir infraestruturas e recuperar meios de subsistência.

A ONU trabalha com ministérios das Finanças, bancos e instituições de microfinanças para incorporar ferramentas de gestão de riscos climáticos aos serviços oferecidos a esses negócios. A estratégia considera que a principal necessidade das pequenas e médias empresas é capital de giro, e não necessariamente a contratação de seguros.

“Estamos utilizando o relacionamento que elas já têm com bancos e instituições de microfinanças para agregar demanda por soluções de gestão de riscos, incluindo seguros”, explicou.

O trabalho inclui a identificação e a mensuração dos riscos físicos nas carteiras de crédito, com ferramentas de modelagem. Assim, as instituições financeiras podem avaliar melhor as necessidades dos clientes e oferecer soluções como seguros, financiamento de ativos, capital de giro e empréstimos para recuperação.

Segundo Bacani, a iniciativa já envolve bancos e instituições de microfinanças em oito países da Ásia-Pacífico e da África, que, juntos, oferecem US$ 50 bilhões em financiamento para a resiliência de micro, pequenas e médias empresas. O objetivo é ampliar o acesso à gestão de riscos de forma mais eficiente, sem depender exclusivamente de subsídios aos prêmios de seguros.

Natureza também é gestão de riscos

A relação entre mudanças climáticas, perda da biodiversidade e atividade seguradora também foi destacada. O executivo lembrou que ecossistemas saudáveis, como manguezais e florestas, contribuem para a captura de carbono e ajudam a reduzir riscos de inundações e tempestades costeiras. A degradação desses ambientes, por sua vez, aumenta a exposição das comunidades aos impactos climáticos.

A ONU trabalha com a indústria global de seguros no desenvolvimento de ferramentas para avaliar e administrar riscos relacionados à natureza nas carteiras de subscrição. A intenção é incorporar essa análise ao processo de aceitação de riscos das seguradoras.

“Se conseguirmos demonstrar que ecossistemas saudáveis reduzem os riscos climáticos e, consequentemente, os riscos de seguros, poderemos avançar muito na construção de comunidades mais resilientes”, afirmou.

Transição sustentável exige visão de longo prazo

Bacani defendeu ainda que as seguradoras incorporem a transição para uma economia de baixo carbono às suas estratégias de negócio. A contribuição do setor, segundo ele, não se limita à subscrição de riscos: inclui também decisões de investimento e gestão de sinistros, que podem estimular reparos mais sustentáveis e reduzir a poluição.

Ele ressaltou que os planos de transição precisam estar alinhados às estratégias das empresas e às mudanças da economia global. Mais de 40 jurisdições já consideram o planejamento de transição, de forma obrigatória ou voluntária, para empresas e instituições financeiras.

“Os dois lados do balanço patrimonial precisam estar alinhados de maneira coerente para apoiar a resiliência dos negócios no longo prazo, aumentar o valor das empresas e contribuir para a transição da economia real para um modelo mais resiliente e sustentável”, afirmou.

Ao encerrar sua apresentação, Bacani defendeu que resiliência e sustentabilidade sejam pensadas também a partir das condições de vida das próximas gerações. “A verdadeira resiliência e a verdadeira sustentabilidade precisam incorporar a equidade intergeracional”, afirmou. “Estamos prestes a destruir a capacidade das futuras gerações de atender às próprias necessidades. Isso não é desenvolvimento sustentável.”

Fonte: CNseg, em 11.11.2026.